

Capitalismo, ciclos econômicos e crise: alternância de hegemonia ou tendência do capitalismo?

Julio Cesar Pereira Monerat¹

O artigo busca analisar interpretações diferentes da dinâmica capitalista tendo por base o tema da crise. O texto destaca sinteticamente um primeiro grupo de autores – Braudel e Arrighi – que, ao analisarem a dinâmica capitalista, compreendem a crise como um momento que antecede ou relaciona-se à mudança de hegemonia no quadro da economia mundo. O segundo grupo de autores estudados – também de modo sintético – vincula-se à tradição marxista e, portanto, referenciam-se no autor alemão para suas elaborações teóricas sobre as crises capitalistas, o que inclui temas que vão da valorização à superprodução. Como forma de formular uma crítica ao primeiro grupo de autores e, ao mesmo tempo, identificar a adequação das análises apresentadas pelos autores marxistas, o artigo retoma diretamente a obra madura de Marx para construir uma síntese de suas elaborações sobre a crise no conjunto da dinâmica capitalista.

Palavras-chaves: capitalismo, crise, hegemonia, tendência, Marx.

Abstract: The article seeks to analyze different interpretations of capitalist dynamics based on the theme of crisis. The text briefly highlights a first group of authors – Braudel and Arrighi – who, when analyzing capitalist dynamics, understand crisis as a moment that precedes or is related to the change in hegemony in the world economy. The second group of authors studied – also briefly – is linked to the Marxist tradition and, therefore, references the German author for their theoretical elaborations on capitalist crises, which include themes ranging from valorization to overproduction. As a way of formulating a critique of the first group of authors and, at the same time, identifying the adequacy of the analyses presented by Marxist authors, the article directly returns to Marx's mature work to construct a synthesis of his elaborations on crisis in the context of capitalist dynamics as a whole.

Keywords: capitalism, crisis, hegemony, tendency, Marx.

Introdução

Estamos diante de das seguintes situações conforme distintas interpretações: a) uma crise terminal do capital que somente poderá ser superada com a mudança do modo de produção *ou* b) estamos tão somente diante de um momento depressivo do ciclo econômico que, por sua vez, tanto poderá ser “solucionado” b.1) dentro do quadro de

¹ Doutor em Serviço Social (UERJ), professor de História no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG).

manutenção de relações capitalistas de produção – o que implica em retomada de um novo ciclo em circunstâncias diferenciadas, seja em termos estruturais/organizacionais ou geográficas/espaciais – ou b.2) o momento ainda que não terminal do ciclo representa uma *oportunidade* para que a luta de classes se resolva com a superação da sociabilidade do capital. Em todas as situações a barbárie mantém-se à espreita.

Tendo em vista essas indagações preliminares, buscamos estruturar nosso estudo em duas partes:

1- Uma primeira em que fazemos uma investigação da dinâmica do capitalismo e suas crises desenvolvida por pensadores que, ainda que possam refletir a partir de uma perspectiva crítica, não o fazem fundando-as em uma abordagem marxista, dentre os quais destacamos Fernand Braudel e alguns de seus continuadores, em especial Giovanni Arrighi, que ancoram suas análises em uma História de longa duração, sobre a qual desenvolveremos a seguir.

2- O segundo conjunto de abordagens que estudaremos inclui pensadores vinculados ao marxismo que buscam compreender a crise – ou talvez fosse melhor dizer, os ciclos econômicos de expansão e crise – como parte fundamental da dinâmica capitalista que sinalizam os limites do capital e também a possibilidade de sua superação, mesmo reconhecendo que esse resultado não seja teleologicamente determinado, estando, portanto, sujeito à dinâmica da luta de classes. Longe de explicações monocausais, esse segundo grupo busca nas contradições do próprio metabolismo do capital as barreiras decorrentes de seu próprio desenvolvimento. Ernest Mandel é, sem dúvida, a referência desse segundo grupo, porém, vamos indicar outros autores que, mantendo o referencial na obra de Marx, podem contribuir para o debate da crise contemporânea.

Ao final, o artigo retoma a discussão da crise referenciada na obra marxiana, o que tanto funciona como contraponto às abordagens do primeiro grupo, quanto permitem verificar a adequação das obras do segundo grupo aos fundamentos apresentados por Marx. Nessa última seção o texto retoma as categorias valor, mais-valor, preço de produção, dentre outras, para fundamentar a compreensão do caráter expansivo do capital, de sua relação contraditória com a força de trabalho e, especialmente, o caráter tendencial das crises sob o capitalismo.

1. Breves notas sobre o referencial teórico

Antes de iniciarmos nossas reflexões, porém, é preciso salientar que partimos de uma compreensão da História como um processo social que resulta da *luta de classes* e que, portanto, não está teleologicamente determinado. Dessa forma, mais que rejeitar uma visão evolucionista-etapista e quase automática da sucessão dos modos de produção, ressalta o caráter histórico, enquanto resultado da luta de classes, do próprio capitalismo. Ou seja, nossa perspectiva de análise não repete aquelas abordagens que defendem a emergência do modo de produção capitalista como uma necessidade histórica a partir de todo um passado que conduziria necessariamente à consolidação de relações sociais capitalistas. Uma História assim desenvolvida acaba por retirar a humanidade da dinâmica de sua construção, já que essa seria resultado de uma processualidade inexorável que levaria, pelos mais diferentes meios e situações, à necessária consolidação da dominação do capital. Fica claro que uma abordagem desse tipo descrito negligencia ou mesmo desconsidera o papel das classes sociais na disputa política que poderia, a partir de arranjos subjetivos e objetivos diferenciados, ter gerado configurações sociais diferentes daquela que acabou por tornar-se vitoriosa na disputa pela hegemonia social: a burguesia.

Esse entendimento do caráter histórico do capitalismo não se limita à análise de sua constituição, ou seja, ao passado, mas também marca nossa compreensão do presente do modo de produção capitalista e sua transitoriedade – ainda que não seja possível definir o arranjo social que o sucederá. Mais que a dúvida colocada por Lênin e popularizada por Rosa Luxemburgo sobre a dicotomia entre socialismo ou barbárie relativa ao futuro da humanidade, é urgente reconhecer que não é possível uma clareza conclusiva sobre as demais possibilidades que se possam colocar à espécie humana, ademais, tendo em vista o poderio bélico de destruição e o colapso ambiental em andamento, há mesmo que se considerar, dentre as variáveis, aquela caracterizada pelo fim da própria humanidade.

Enfim, a historicidade do modo de produção capitalista identifica-se tanto com sua transitoriedade quanto com sua potencialidade histórica que, tendo-se efetivada historicamente, precisa ser continuamente repostas. Ou seja, o modo de produção capitalista desenrola-se como uma contínua reprodução de uma determinada sociabilidade. Mais do que isso, tal sociabilidade caracteriza-se por ser dinamizada através de relações sociais que se reproduzem, mas que também por outras que ameaçam sua continuidade – no sentido de superação de tais relações. E tanto a reprodução quanto a possibilidade de superação são (re)postas e atualizadas por sujeitos

sociais concretos cuja subjetividade consciente ou inconsciente se constitui a partir das posições que ocupam na reprodução material dessa sociabilidade, ou seja, enquanto se configuram como classes sociais.

A dinâmica social atualmente em cena demanda uma interpretação – e certamente sua transformação. Afinal, sem adiantar qualquer resultado sobre a efetividade das diferentes interpretações da crise, ressaltamos que

a prolongada crise nas economias capitalistas avançadas, que até os economistas alinhados ao sistema estão descrevendo como ‘estrutural’, talvez não seja uma indicação do declínio terminal; mas talvez indique que essas economias já esgotaram, para um futuro previsível, sua capacidade de sobreviver sem deprimir ainda mais as condições de vida e trabalho de suas populações” (WOOD, 2003, p. 243).

Ou ainda como ressalta Wood em outro trecho, “embora muitas das lamúrias (...) sobre a condição atual do capitalismo, suas implicações, na teoria e na prática, ainda não foram entendidas” (2003, p. 243).

Tendo por base essas considerações, é que ressaltamos a pertinência de nosso estudo em um cenário em que consideramos urgente a recolocação da pauta da luta de classes como motor da História. Por se fundar em uma abordagem praxiológica é que nosso estudo não se pretende como mera interpretação histórica, mas junta-se a muitos outros que sinalizam a possibilidade de uma ação política transformadora. Diante de um quadro socialmente desafiador, somos chamados a refletir e a agir tendo por certo que “a lição que talvez sejamos forçados a aprender de nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano, ‘social’ e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo” (WOOD, 2003, p. 250).

Por fim, mas não menos importante, é preciso enfatizar que, ao evidenciarmos a escolha metodológica fundada no marxismo, estamos cientes que é preciso não ignorar que muitas das vezes vicejaram no seio do amplo espectro dos que se apresentavam como herdeiros de Marx interpretações históricas grosseiras e caricatas, porém, estaremos nos fundando nas categorias marxianas de totalidade, dialética e mediação (NETTO, 2011) como forma de possibilitar a construção de uma teoria, conforme entendida por Marx (2011, p. 55) capaz de reproduzir, no pensamento, a concretude do real, almejando o desvelamento do mundo: “enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental”. E isso não como uma mera descrição detalhada do mundo, mas objetivando conhecer a estrutura e a dinâmica do objeto, ou

seja, “como reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21).

Destacamos de tal referencial os seguintes elementos: a *totalidade*, a *processualidade* decorrente da contradição e a *mediação*. Por totalidade estaremos identificando não um conhecimento absoluto, mas o sentido de buscar a não-fragmentação da realidade. Assim, o todo não é entendido como uma “soma das partes”, mas em suas múltiplas determinações – “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 55) - que, por sua vez, são marcadas por um caráter contraditório que fundamenta uma processualidade, ou um devir permanente. Assim, a totalidade, conforme a entendemos a partir de Marx, é uma *processualidade dinâmica* movida por suas próprias contradições. A categoria de mediação, por sua vez, nos recorda com Marx que se essência e aparência coincidissem não haveria necessidade da ciência. Ou seja, todo conhecimento/entendimento da realidade é mediado, constituindo de aproximações do objeto de pesquisa partindo de um entendimento abstrato, mas que visa à reprodução ideal da dinâmica concreta do real. A mediação não se limita, portanto, a ser uma hermenêutica, mas sim a reprodução (que não deve ser confundida com a mera refletividade “imparcial” e passiva do pesquisador) do real em uma teoria que se quer também práxis, ou seja, elemento contribuinte para a transformação da realidade (MARX, 2011). Enfim, é a realidade atual que clama por seu desvelamento, onde, partindo da aparência, poderemos chegar à essência sempre mutante e contraditória do mundo.

2. Dinâmicas capitalistas: sequências de hegemonia e crise

Conforme já indicado anteriormente, estaremos a seguir procedendo a uma classificação dos autores a serem pesquisados em dois grupos distintos tendo por referência fundamental a forma de cada um deles para reproduzir teoricamente a dinâmica concreta do capital – uma linha focada na sucessão de hegemonias e outra no caráter imanente e tendencial das crises no capitalismo. Apesar das diferenças entre os grupos de autores analisados, é preciso ter claro que o tema da crise comparece nos dois conjuntos, certamente com fundamentos e desdobramentos diferentes. Coerentemente com a proposta metodológica marxista, a classificação elaborada não se baseia em determinada escolha de critérios cuja seletividade seria decorrente da subjetividade do

pesquisador e que, caso fosse feita fundamentada em outros elementos, originaria classificações diferenciadas. Busca-se indicar, a partir de elementos analíticos da crise desenvolvidos por esses autores, evidenciar suas respectivas capacidades ou insuficiências em compreender a dinâmica concreta. Ainda assim, importa destacar que estaremos sintetizando as ideias dos autores estudados tendo em vista os limites expositivos disponíveis.

2.1. Capitalismo e longa duração

O primeiro grupo a ser estudado é aquele que se forma em torno das contribuições à reflexão histórica realizadas por Fernand Braudel (1987) e Giovanni Arrighi (1996). É Braudel quem chama a atenção para a característica de parte dos historiadores que teriam se preocupado demais com os acontecimentos e as conjunturas e negligenciado aquilo que ele denomina de “história maciça e estrutural que evolui lentamente ao longo dos tempos” (Braudel, 1987, p. 12). Ele mesmo reconhece que pretendeu “começar pelas inércias, à primeira vista uma história obscura, fora da consciência clara dos homens” (BRAUDEL, 1987, p. 13) e que teria, assim, um foco na chamada “longa duração”.

Para dar conta do entendimento dessa história em sua “transformação lenta”, Braudel procura identificar as estruturas, entendidas como aquilo que tem o caráter de continuidade e permanência, e das regras pelas quais se passa de umas às outras. Para tanto, é que a obra braudeliiana realizará um entendimento da sociedade em uma fórmula trinitária, em cuja base se poderia identificar aquilo que o autor denomina de *vida material*. Por esse conceito devem ser entendidas as atividades econômicas que escapam ao mercado, ou seja, uma infraeconomia que combina autossuficiência com o intercâmbio de produtos e serviços em um raio bastante curto.

Acima dessa vida material se encontra o que Braudel chama de *economia de mercado*, ou seja, aquela marcada pelo *jogo da troca de mercadorias*, onde vigora a lei da oferta e da procura e uma certa regularidade que possibilita “os comércios de maior raio de ação” e que são “abertos tanto aos pequenos quanto aos grandes comerciantes” (BRAUDEL, 1987, p. 45). Essa economia de mercado é que pode ser percebida e estudada pelas estatísticas dos noticiários econômicos e suas dinâmicas de preços, circulação mercantil etc. Segundo Braudel, esses dois planos – vida material e economia de mercado - seriam marcados pela *transparência*, podendo ser claramente percebidos.

Para além desses planos haveria aquilo que Braudel identifica como *capitalismo*, ou seja, uma esfera não transparente e que rompe com aquelas regras da concorrência, com o equilíbrio entre oferta e procura e com os cálculos passíveis de verificação pelo “homem comum”. No opaco circuito do capitalismo imperam o monopólio, e as cadeias que se alongam e escapam aos controles habituais, onde o capitalista diversifica suas atividades no sentido de limitar seus riscos e acontece a especulação (BRAUDEL, 1987). Tratando da troca, é o próprio Braudel quem distingue a economia de mercado do capitalismo:

Resumindo: [há] dois tipos de troca; um terra-a-terra, competitivo, pois que transparente; o outro superior, sofisticado, dominante. Não são os mesmos mecanismos nem os mesmos agentes que regem esses dois tipos de atividade, e não é no primeiro, mas no segundo que se situa a esfera do capitalismo (BRAUDEL, 1987, p. 53).

Assim, a economia capitalista estaria hierarquizada em uma fórmula que Fontana (1998, p. 210) – *não sem um viés crítico* - em economia fora do mercado – aquela identificada com a *vida material*; uma economia de mercado perfeito, identificada com a *economia de mercado*; e uma economia de mercado deformado pelo monopólio e pela especulação que é chamada de *capitalismo*. Voltaremos a crítica elaborada por Fontana mais adiante.

Ainda conforme Braudel, essa hierarquia não se limita a uma dinâmica local, mas amplia-se geograficamente para aquilo que ele designa como *economia-mundo*. Assim é que em uma economia-mundo há “sempre um polo, um centro, representado por uma cidade dominante” em torno da qual o espaço geográfico “se reparte em zonas sucessivas” que vão das zonas intermediárias às margens em uma divisão de trabalho onde, mais que a participação, ocorre sim a subordinação dos envolvidos (BRAUDEL, 1987, p. 69). Para Braudel,

O núcleo é a região que se estende em torno do centro: as Províncias Unidas (mas não todas as Províncias Unidas) quando Amsterdam domina o mundo no século XVII; a Inglaterra (mas não toda a Inglaterra) quando Londres, a partir da década de 1780 suplanta definitivamente Amsterdam (BRAUDEL, 1987, p. 69).

Braudel afirma ser possível colocar “no mapa e na história do mundo” a lenta mudança das várias economias mundo, marcadas cada uma delas pela hegemonia de um determinado centro dominante - o que implica, naqueles períodos em que o polo decadente ainda não foi substituído pelo novo polo dominante, a coexistência de dois centros por determinado período. Coexistência essa que acaba com a prevalência hegemônica de um deles, em um contínuo processo de descentragem e recentragem. Ou

seja, “toda vez que ocorre uma descentragem, opera-se uma recentragem, como se uma economia-mundo não pudesse viver sem um centro de gravidade, sem um polo” (BRAUDEL, 1987, p. 72). Mas, coerentemente com a larga duração, Braudel defende que “essas descentragens e recentragens são raras” (BRAUDEL, 1987, p. 72) de forma que

no caso da Europa e das zonas que Lea anexa, operou-se uma centragem na década de 1380, em benefício de Veneza. Por volta de 1500, houve um salto brusco e gigantesco de Veneza para Antuérpia, depois em 1550-1560, um retorno ao Mediterrâneo, mas desta vez em favor de Gênova; enfim, por volta de 1590-1610, uma transferência para Amsterdam, onde o centro econômico da zona europeia se estabilizará por quase dois séculos. Entre 1790 e 1815 deslocar-se-á para Londres. Em 1929, atravessa o Atlântico e situa-se em Nova Iorque (BRAUDEL, 1987, p. 72).

E a parte que mais nos interessa é que tais deslocamentos se realizam “no transcorrer de lutas, de choques, de fortes crises econômicas”, ou seja, “é mesmo o mal tempo econômico que acaba por abater o centro antigo, já ameaçado e confirma o surgimento do novo” (Braudel, 1987, p. 72). Enfim, “centragem, descentragem e recentragem, parecem usualmente ligadas a *crises prolongadas da economia geral*” (BRAUDEL, 1987, p. 73; grifo nosso). Nesse processo, a economia que assume a centralidade mundial é aquela que, em um primeiro momento é capaz de assumir o papel mercantil em escala mundial de forma mais articulada e eficiente. No entanto, ela deve ultrapassar essa primeira forma de dominação comercial para tornar-se o centro dinâmico da produção econômica e assim assumir a liderança ou a nova centralidade.

Para entender a situação em que tal liderança perderia a condição de centro – portanto, sua *crise* - é preciso atentar para aquela relação que Arrighi (1996), na continuação e aprofundamento do entendimento elaborado por Braudel, identifica como a antinomia entre “capitalismo” e “territorialismo”. Para esse autor, os governantes territorialistas seriam aqueles que têm como objetivo justamente a expansão territorial e que concebem a riqueza e o capital como um seu subproduto; por sua vez, os governantes capitalistas são aqueles que identificam seu poder com o controle do capital circulante, sendo que as aquisições territoriais seriam um subproduto da acumulação de capital. Dessa forma,

na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio (ARRIGHI, 1996, p. 34).

A partir daí, Arrighi depreende que as lógicas territorialista e capitalista não funcionam isoladamente uma da outra, mas se relacionam em um contexto espaço-temporal. Daí que determinados Estados realizem uma expansão territorial em dado momento histórico que acabe por refletir na dinâmica de acumulação de capital. Ou seja, ambos os processos acabam por se fortalecer mutuamente, já que a expansão territorial contribui para o reforço na expansão do capital, bem como esta contribui para reforçar aquela. Estão dadas as condições para uma determinada centralização da economia-mundo braudeliana que Arrighi identifica como uma *nova hegemonia mundial*.

Dado o desenvolvimento das dinâmicas territorialista e capitalista, *a crise seria, então, o momento de descolamento ou de aprofundamento das antinomias entre as mesmas*. Daí que, em determinadas situações, a expansão territorial só seria possível com a expansão do capital, mas esta teria se tornado impossibilitada por conta dos *limites postos à acumulação*. Outras vezes aconteceria justamente a situação em que a estratégia capitalista demanda uma maior expansão espacial que as forças territorialistas dos Estados são incapazes de atender. Assim, pensando essa processualidade em termos cíclicos, o ciclo de uma centralidade ou hegemonia chegaria ao seu auge após um ciclo de 1) expansão comercial que se desdobraria em 2) um ciclo produtivo, donde a industrialização tem papel preponderante. Porém, com o aprofundamento das antinomias chegar-se-ia a uma situação em que a única alternativa para a manutenção da hegemonia seria 3) a ampliação das dinâmicas financeiras da economia. *A crise se manifestaria, dessa forma, como uma passagem da esfera produtiva - impossibilitada de expansão seja territorial ou de capital - para a instância financeira, onde a expansão não acontece mais sob uma base material, mas, sim, fictícia representada pelo capital financeiro*.

A financeirização da economia seria o prenúncio do declínio de uma dada hegemonia e o anúncio da possibilidade do advento de um novo centro. E seria esse o atual contexto da economia mundo, conforme Arrighi, ou seja, uma crise hegemônica que se anuncia a partir de meados da década de 1970 quando o aprofundamento da financeirização do capitalismo hegemônico pelos Estados Unidos demonstra o esgotamento dessa centralidade, anunciando a possibilidade de uma nova recentralização. Esse quadro de perda hegemônica estadunidense anunciaria a possibilidade de emergência de um novo centro que, especula-se, poderia ser espacialmente localizado no Oriente.

Enfim, essa primeira abordagem da crise do capital a partir de Braudel e Arrighi nos remete a um quadro histórico *de longa duração* marcado por *sucessivas hegemonias*. Devemos, porém, reconhecer que tal abordagem *não deve ser entendida como uma análise de crise do capital stricto sensu, mas como uma interpretação da dinâmica do capital e seus ciclos de hegemonia*, posto que não há, nas análises por eles desenvolvidas, uma perspectiva de superação do capitalismo enquanto sistema ou modelo produtivo.

2.2. Contradições capitalistas e crise

O segundo grupo de autores a ser estudado, vincula-se a uma tradição marxista, especialmente, nesse primeiro momento, a contribuição do economista belga Ernest Mandel (1985; 1990) que, focalizando sua atenção naquilo que ele denomina de *capitalismo tardio*, busca entender o movimento do capital, as alterações na sua composição orgânica e, conseqüentemente, de realização do mais-valor², além do papel da economia armamentista em toda essa dinâmica. O capitalismo tardio seria caracterizado por um incremento dos processos tecnológicos no interior do capitalismo, identificado como uma terceira revolução industrial, marcado pelo uso de novas energias – dentre as quais a energia atômica – e pelos processos de automação produtiva, em especial a partir dos anos 40 do século passado (MANDEL, 1985). Motivando essa dinâmica está a busca de superlucros pelo capital, o que, por sua vez, revela a “natureza desequilibrada do desenvolvimento do capitalismo moderno”, cujas formas de extração incluem as situações em que “a composição de um capital específico é menor que a média social” e as situações extraeconômicas que “impedem o mais-valor superior à média produzida aí de ingressar no processo de nivelamento da taxa de lucro” (BEHRING, 2015, p. 122).

Para Mandel, o andamento de um ciclo econômico no modo de produção capitalista relaciona-se com a concorrência e “manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente de mais-valor” (MANDEL, 1985, p. 75). Segundo seu entendimento, na fase ascendente do ciclo

há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto do volume quanto do ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e

² Utilizamos a expressão “mais-valor” seguindo a consideração de Duayer (2011, p. 23) na tradução dos Grundrisse de Marx. Para fins de uniformização seu uso foi estendido o conjunto das citações.

no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação (MANDEL, 1985, p. 75).

Assim, o ciclo pode ser entendido como “aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação” (MANDEL, 1985, p. 75), ou seja, um processo que se repete no decorrer do tempo. Porém, no período que Mandel identifica como capitalismo tardio, as dificuldades para a retomada do ciclo econômico teriam se aprofundado por conta da excessiva ampliação da *composição orgânica do capital*, caracterizada pela crescente desproporção “entre a massa de meios de produção empregada e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego” (MARX, 2013, p. 689). Assim, diante das dificuldades de retomada das taxas de lucro em patamares mais amplos, o capitalismo passaria a vivenciar uma crise de longa duração cujo início pode ser identificado na década de 1970. Na tentativa de contrariar essa tendência depressiva da economia capitalista desde então é que se pode identificar o setor produtor de armamentos como uma força anticíclica.

A compreensão mandeliana da dinâmica econômica do século XX pode ser assim resumida:

a expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA, a Guerra Fria e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais-valor e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível por em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear) (MANDEL, 1990, p. 27).

Fonte de ampliação de mais-valor e superlucros dos monopólios que ocupavam sua vanguarda, a revolução tecnológica em andamento “permitiu o prolongamento da expansão em condições ‘ideais’ para o capital – ao mesmo tempo, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão” (MANDEL, 1990, p. 27). Porém, essa revolução implica em uma concentração acentuada do capital, bem como o aumento pronunciado da composição orgânica do capital.

Nesse quadro, a crise seria resultado das

dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valor a partir dos anos [19]60. Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e, logo, com a erosão das ‘rendas tecnológicas’), termina por determinar a inversão da ‘onda longa’ (MANDEL, 1990, p. 28).

Em Mandel, pode-se verificar que o entendimento da crise se desloca da disputa hegemônica pelo espaço em uma economia-mundo – tal como nas interpretações anteriores - para a *relação entre capitalistas e trabalhadores, onde a extração de mais-valor ocupa papel fundamental*. Assim, para se apropriar de parcela maior do mais-valor social produzido, o capitalista é levado a incrementar o uso de tecnologias, o que, por sua vez, significa aumento da composição orgânica de capital. Justamente essa elevação da composição orgânica do capital é que se refletirá na queda da taxa de lucros, ainda que possibilite um incremento das taxas de mais-valor em um dado momento, ou mesmo um superlucro nos setores que pioneiramente incorporam as mudanças tecnológicas. O ciclo recessivo se dá, em contrapartida, a partir do momento em que se apresentam os limites para a continuidade da expansão do mais-valor (MANDEL, 1990) – concretamente manifesto na queda da taxa de lucro social.

Os limites à expansão continuada do capital são, pois, dados pelo próprio capital – ainda que possam ser adiados por forças anticíclicas, dentre as quais Mandel destaca as guerras, especialmente tendo em vista seu foco nas dinâmicas vivenciadas no século XX. Diferentemente daquela abordagem desenvolvidas por Braudel, o enfoque desenvolvido por Mandel indica que, tendo-se chegado a uma fase recessiva aguda como a que se inicia aproximadamente no segundo quartel do século XX, abre-se a possibilidade de superação do modo capitalista de produção, e não somente a possibilidade de um novo ciclo expansivo sob a hegemonia de outro centro espacial. Mais do que isso, Mandel identifica a crise do Estado nacional burguês com as crises das relações capitalistas de produção – isto é, como crise estrutural do capital. Coerente com uma perspectiva revolucionária, Mandel indica que “a abolição final das relações de produção capitalista será o objetivo central do movimento revolucionário das massas proletárias internacionais” (MANDEL, 1985, p. 410).

Ainda no quadro do pensamento herdeiro de Marx, o filósofo húngaro István Mészáros também desenvolverá um entendimento da crise a partir daquilo que ele entende como crise estrutural da ordem sócio-metabólica do capital. Para Mészáros, o capitalismo teria atingido os limites absolutos para sua expansão, o que havia sido possível até os anos 70 do século XX, onde as contradições do capital teriam sido continuamente deslocadas para possibilitar seu sociomentabolismo, mas que, a partir de então, teria se esgotado (MÉSZÁROS, 2002). Por crise estrutural, Mészáros visa identificar aquela que tanto atinge o âmago da economia capitalista quanto a sociabilidade em sua integralidade. Como afirma o filósofo húngaro “a ativação dos

limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p.207). Ou seja, juntamente com a crise Mézáros indica a necessidade de sua superação.

É preciso enfatizar que Mézáros, ao afirmar que o capital, enquanto possibilidade de desenvolvimento da sociabilidade teria atingido seus limites, entende que somente uma sociabilidade *para além do capital* – título de sua importante obra - será capaz de levar à emancipação humana. E os limites absolutos ao capital seriam relacionados à contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais, ou seja, à manutenção de uma lógica territorial estatal que limita ou tenta limitar a transnacionalidade do capital. Junte-se a essa contradição os limites atualmente postos à expansão capitalista. Mézáros chega ainda a elencar dentre esses limites ao capital a sua impossibilidade de atender à demanda feminina por igualdade substantiva, além do desemprego crônico, que se relaciona à tecnologia (MÉSZÁROS, 2002).

A possível “solução” de alguns dos limites acima apresentados – e não seria a solução de todos eles – mostra-se como irrealizável sob o sociometabolismo do capital por conta da irracionalidade do capital. Como ele afirma, “o planejamento racional e abrangente de todos os recursos naturais e humanos é uma tarefa para a qual o capital é absolutamente incapaz, e exige uma maneira radicalmente diferente de regular, pelos próprios indivíduos, o intercâmbio social entre os indivíduos, o que, pela primeira vez, permitirá um planejamento verdadeiro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 267). Ou seja, ainda que se apresente como limite, abre-se também como possibilidade, através do planejamento verdadeiro por conta do intercâmbio social dos indivíduos, a possibilidade de superação do capitalismo. Mézáros descarta qualquer alternativa reformista e constrói sua argumentação na possibilidade/necessidade da revolução.

Refletindo sobre a crise atual do capital tendo por referência a obra do também húngaro Georg Lukács, Mézáros extrapola o debate meramente econômico e acaba por discutir questões ontológicas postas pelas limitações do capital. Assim é que Mézáros reflete sobre a centralidade do trabalho que, tendo sido colocada em xeque por diferentes pensadores, é resgatada por ele enquanto fundamento ôntico do ser social humano. Ou seja, sendo fundante do necessário metabolismo humanidade-natureza que objetiva a satisfação de necessidades, não é passível de ser abolido sob pena de descaracterização da própria humanidade. Porém sob a égide do capitalismo o trabalho

se encontra estranhado. Causador de estranhamento sob o sociometabolismo do capital, porém, o trabalho em uma sociabilidade para além desse mesmo capital é portador de um potencial emancipatório.

Tendo em vista essa defesa da centralidade do trabalho é que autores brasileiros buscam questionar o suposto fim do proletariado. Ricardo Antunes (1995; 2018) é um desses autores que, no rastro de Mészáros, defende que o trabalho passa por um momento de flexibilização, precarização e desemprego promovidos pelo capital, mas que não significa o fim do trabalho:

O capitalismo contemporâneo vem trazendo profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global. Ao mesmo tempo em que o proletariado industrial se reduz em várias partes do mundo, particularmente nos países de capitalismo avançado, em decorrência há uma significativa expansão de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras nos setores de serviços, bem como na agroindústria e na indústria, especialmente em países no Sul do mundo: Índia, China (e várias outras nações asiáticas), Brasil, México, dentre tantos exemplos que poderiam ser mencionados (ANTUNES, 2018, p.118).

Tampouco Antunes descarta a perspectiva revolucionária. Pelo contrário, ampliando o entendimento da classe que vive do trabalho, Antunes ressalta, como Mészáros, a possibilidade de superação revolucionária do capitalismo: “Se o mundo nos oferece como horizonte imediato o privilégio da servidão, seu combate e seu impedimento efetivos, então, só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação” (ANTUNES, 2018, p.306).

Seguindo adiante nessa abordagem crítica do modo de produção capitalista, François Chesnais, é um autor que certamente contribui enormemente para o entendimento dos tempos presentes, em especial daquela realidade que ele identifica como capitalismo financeiro e sua mundialização. Justamente a opção pelo termo mundialização ao invés da expressão globalização já marca a opção crítica de Chesnais, para quem essa segunda é marcada por uma carga ideológica que caracteriza os termos vagos e ambíguos que objetivam mais mascarar que revelar o real, ao passo que, com o uso da primeira, o autor objetiva desvelar os processos sociais. A expressão globalização vem acompanhada de outras que lhe complementam, dentre as quais, Chesnais destaca o termo adaptação, ao qual ele retruca com uma pergunta: “adaptar-se a quê?”. Para os ideólogos desses novos tempos do capital globalizado, pessoas e países devem adaptar-se ao processo de liberalização e desregulamentação cujo objetivo deixa de explicitar aquilo a que realmente se refere: “que as empresas tenham absoluta

liberdade de movimento e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Objetivando desnudar criticamente esse movimento do capital é que Chesnais opta pelo uso do termo mundialização, cujas características ele apontará a partir da indicação inicial que o IED (investimento externo direto) assume importância central na dinâmica expansiva do capitalismo contemporâneo: “o IED (investimento externo direto) suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de industrialização” (CHESNAIS, 1996, p. 33), sendo que tal investimento não se dá de maneira uniforme pelo espaço geográfico mundial, mas concentra-se nos países adiantados, especialmente naquelas que fazem parte da tríade e em detrimento daqueles países menos desenvolvidos. Tendo em vista ampliação das possibilidades de comunicação, grande parte dessa movimentação de capital acaba ocorrendo no interior de um mesmo grupo econômico, cujas ramificações empresariais espalham-se por diferentes países. Tudo isso caracteriza um processo de integração horizontal e vertical das empresas espacialmente separadas, mas integradas pelo IED. Junte-se a isso que “as multinacionais se beneficiam, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias, e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (toyotismo)”, organizando-se como “empresas-rede” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Nessa dinâmica, a centralização do capital articula-se à descentralização de suas operações, para o que contribuem complexas modalidades de terceirização produtiva e laboral. Mas o caráter contraditório desse processo não se limita à dupla centralização/descentralização, tendo em vista que a mundialização também cria hierarquias espaciais:

O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permitisse introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Completando essa caracterização, Chesnais aponta ainda para o caráter financeiro do processo de mundialização do capital:

A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou o aspecto financeiro dos grupos

industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufatura e serviços (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Articulando esses elementos, Chesnais apresenta enfim “a hipótese de uma ligação entre a depressão longa da década de [19]90 e a mundialização do capital”, a partir da qual ele propõe a ampliação do enfoque para investigar aquilo que ele aponta como a “dimensão talvez mais fundamental da ‘crise do modo de desenvolvimento’” (CHESNAIS, 1996, p. 312). Ou seja, por décadas prevaleceu a ideia de que o modelo de desenvolvimento capitalista poderia ser generalizado para todos os países e regiões do planeta, o que ensejava a noção de “etapas do desenvolvimento” com a expansão de um “fordismo periférico”. Chesnais, indica, contudo, que no quadro da mundialização essa perspectiva foi descartada, posto que “transformações tecnológicas, econômicas e políticas dos últimos anos foram ocasião de um giro radical”, de forma que “esse desenvolvimento não é mais desejado pelos que eram outrora seus agentes externos” (Chesnais, 1996, p. 313), sem contar com os limites ecológicos de sua generalização planetária. Como consequência, “as companhias e os países da tríade [...] passaram a se interessar unicamente por relações seletivas, que abrangem apenas um número limitado de países do Terceiro Mundo” (CHESNAIS, 1996, p. 313).

Como já indicávamos na introdução desse trabalho, a barbárie está à espreita em toda essa dinâmica de crise e Chesnais, numa arguta premonição dos tempos ainda mais recentes, nos chama a atenção para isso:

a sociedade mundial irá mergulhando aos poucos na barbárie. [...] por enquanto, a tendência aparentemente predominante é a de que o sistema tenda a se fechar sobre si mesmo, a se instalar no “dualismo”, e que seus dirigentes, acompanhados por uma parcela significativa da população, se empenhem em construir, ao mesmo tempo, fortalezas para conter os bárbaros na periferia e arame farpado em volta de seus guetos internos (CHESNAIS, 1996, p. 315).

3. Avançando na crítica: retomando Marx para o entendimento das crises

Tendo feito esse brevíssimo percurso por essas duas grandes formas de entendimento da crise, verifica-se a necessidade de um apanhado comparativo de ambas, ainda que, tendo em vista as limitações desse trabalho e especialmente de seu autor, serão breves notas sobre o tema.

Inicialmente, chama a atenção o fato de as duas grandes interpretações da crise divergirem sobre a *possibilidade de permanência das relações capitalistas*. Se para as

interpretações calcadas na ideia de longa duração a crise configura-se essencialmente como uma *crise de hegemonia territorial*, para as análises herdeiras da obra de Marx, a crise está fundamentalmente articulada às *contradições do próprio modo de produção capitalista*. Essas contradições são apontadas por Marx desde as primeiras páginas de *O Capital* quando, ao analisar a mercadoria, identifica a relação contraditória dos próprios elementos constituintes da mercadoria: valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato. A produção capitalista é caracterizada como aquela em que o valor se valoriza, o que demandará que o capital encontre no mercado uma mercadoria capaz de produzir uma riqueza maior que aquela que ela recebe para se reproduzir: a força de trabalho. Nas palavras de Marx:

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contêm uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção (MARX, 2013, p. 695).

O entendimento dessa contradição identificada por Marx escapa a Braudel, o que fica claro quando se considera a observação crítica elaborada sobre esse autor por Fontana:

Os homens só se relacionam entre si como compradores e vendedores. A Braudel lhe escapam por completo, em contrapartida, as relações que se estabelecem entre senhores e vassallos, e entre empresários e assalariados, com o que elimina de fato o tema da exploração. Em três grandes tomos sobre o capitalismo não há nem sequer uma página inteira dedicada ao salário (FONTANA, 1998, p. 210).

Conclui-se que é clara a contraposição entre os dois conjuntos de autores sumariamente discutidos nas seções anteriores, contudo, avaliamos a necessidade de um retorno à caracterização das crises por Marx para que não apenas se tenha um maior conhecimento sobre a realidade vivida, mas fundamentalmente que se constitua um arcabouço teórico que efetivamente ilumine a práxis revolucionária. Sendo assim, na presente seção, sem desconsiderar as importantes contribuições trazidas pelos autores de matriz marxista, pretende-se demonstrar que a concepção de uma crise terminal ou permanente do capital não coaduna com o que Marx nos apresenta em sua obra madura – ainda que não desconsideremos as tendências por ele identificadas.

Mais exatamente, o que aqui retomamos de Marx é justamente o caráter imanente da crise e não sua caracterização como crise terminal ou estrutural – no sentido de ser uma crise permanente – que fica evidenciado nos autores marxistas apresentados. A imanência da crise refere-se também a seu caráter cíclico, mas fundamentalmente a seu caráter tendencial, no qual atuam contratendências que, sem derogar o movimento geral, fazem do capital um movimento continuado que cria obstáculos a si mesmo, mas que também continuamente converte-os em barreiras a serem superadas – devendo o termo superação ser compreendido em sua dinâmica que contraditoriamente conjuga supressão e retomada aprofundada dos obstáculos, como destacado em nota adiante.

Antes de avançar na caracterização da crise capitalista retomando sua análise marxiana, é preciso ter bastante claro que aqui se propõe uma síntese extremamente exígua de sua compreensão – portanto, assumindo deliberadamente os riscos que isso implica. Certamente o referencial é a obra madura de Marx (2013; 2014; 2017), em especial os três volumes de *O Capital*, nos quais a crise aparece como possibilidade do desencontro entre venda e compra (*Livro I*), descompasso entre setores econômicos (*Livro II*) e sua dinâmica tendencial (*Livro III*).

A inspiração de fundo para análise a seguir é certamente Grespan (2009) que, em sua leitura da obra marxiana, anota que

O capital se configura como o “sujeito” que define as condições de sua autovalorização e delimita por si a medida dela. (...) considerando-se o trabalho como componente do capital, *parece* que a medida por ele fixada o é pelo próprio capital, que ele se automensura enquanto “sujeito”. Só que também enquanto “sujeito”, o capital ao mesmo tempo eleva a produtividade do trabalho e, com isso, “obriga a reduzir a força de trabalho a um mínimo” e a restringir a base de sua valorização (GRESPLAN, 2009, pp. 42-3).

Indo diretamente Marx, apresentemos algumas citações que sintetizam a crise enquanto possibilidade. No *Livro I*:

Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda. [...] A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas *implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade*. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer

todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias (MARX, 2013, p. 187; grifos nossos).

Já no *Livro II*, Marx assim se expressa:

Porém, quando ocorrem apenas intercâmbios unilaterais, uma série de meras compras de um lado, uma série de meras vendas do outro – e vimos que o intercâmbio normal do produto anual, sobre uma base capitalista, condiciona essas metamorfoses unilaterais –, o equilíbrio só existe no caso de o importe de valor das compras unilaterais coincidir com o importe de valor das vendas unilaterais. O fato de a produção de mercadorias ser a forma geral da produção capitalista implica já o papel que o dinheiro desempenha nesta última, não só como meio de circulação, mas como capital monetário, e gera certas condições do intercâmbio normal – ou seja, do transcurso normal da reprodução – que são peculiares a esse modo de produção, seja em escala simples ou ampliada, condições estas que se convertem em outras tantas condições do transcurso anormal, em *possibilidades de crises*, já que o próprio equilíbrio, dada a configuração natural-espontânea dessa produção, é algo acidental (MARX, 2014, pp. 601-2; grifos nossos).

Por fim, no *Livro III*, Marx sintetiza a crise enquanto queda tendencial da taxa de lucro:

A mesma taxa de mais-valor, com um grau de exploração constante do trabalho, seria expressa assim numa taxa decrescente de lucro, porque, com seu volume material, também aumenta, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, do capital total. Se, além disso, partirmos do pressuposto de que essa alteração gradual na composição do capital não se opera simplesmente em esferas isoladas da produção, mas, em maior ou menor grau, em todas ou pelo menos nas esferas decisivas da produção e que, portanto, essas alterações afetam a composição orgânica média do capital total existente numa determinada sociedade, chegaremos necessariamente à conclusão de que crescimento gradual do capital constante em proporção ao variável tem necessariamente como resultado uma queda gradual na taxa geral de lucro, mantendo -se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital. Porém, vimos que constitui uma lei do modo de produção capitalista que, conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado (MARX, 2017, p. 249).

Sinteticamente, e na esteira de Marx, a crise revela-se como imanente ao movimento do capital o que, na linguagem cotidiana, seria equivalente a afirmar que não se está diante de saber *se* as crises capitalistas ocorrerão, mas tão somente *quando* elas acontecerão – o advérbio temporal da expressão utilizada não se refere à cartomancias econômicas, mas tão somente à constatação que as crises, aconteçam quando acontecerem, haverão de ocorrer em decorrência da dinâmica imanentemente expansiva do capital. Na mesma linha analítica, destaque-se que Marx faz referência a crises (no plural), reforçando tanto seu caráter de possibilidade (trechos dos *Livros I e II*) e de tendência (*Livro III*), o que contraria as concepções de crise estrutural-final ou permanente do capital.

Prosseguindo, é esse caráter tendencial que precisa ser destacado. Em outros termos, se a imanência da crise lateja em todos os três volumes de *O Capital*, será no *Livro III* que Marx apresentará o caráter tendencial da crise capitalista de modo mais claro:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (MARX, 2017, p. 250).

Verifica-se que, mais exatamente, o *fundamento último* das crises pode ser buscado na tendência de o capital eliminar relativamente *trabalho vivo* – que se efetiva como trabalho abstrato no processo produtivo – em sua proporção ao *trabalho morto* – aquele objetivado em meios de produção. Essa tendência, apesar de sua apresentação no referido volume da obra marxiana, articula-se, conforme já dito, aos volumes anteriores desde o capítulo inicial do *Livro I*, no qual Marx (2013) descreve o capital como *valor que se valoriza* e demonstra o dinheiro como um desdobramento necessário para representar o movimento necessariamente expansivo da valorização.

Movimento esse, longe da fabulação de que o capitalismo objetiva atender às necessidades humanas – sintetizado na fórmula M-D-M, que supõe a troca de mercadorias de distintas qualidades pela mediação da mercadoria-dinheiro –, realiza-se efetivamente com o capital operando de modo necessariamente expansivo porque sua formulação essencialmente automovida é: D-M-D', na qual uma quantidade de dinheiro-capital deve sair ampliada ao final do movimento. Movimento esse que seria, nas palavras de Marx, “absurdo e vazio se a intenção fosse realizar, percorrendo seu ciclo inteiro, a troca de um mesmo valor em dinheiro pelo mesmo valor em dinheiro, ou seja, £100 por £100” (MARX, 2013, p. 224). O que é complementado pelo trecho: Livro I:

Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. [...] Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital (MARX, 201, p. 227).

Enquanto a fórmula D-M-D' revela a lógica necessariamente – e immanentemente – expansiva do valor, cuja representação é o dinheiro que é utilizado para produzir mais riqueza, sua concretização histórica depende que o capital encontre, no conjunto das mercadorias, aquela cujo valor de uso, ao contrário das demais, não se extinga com sua efetiva utilização. Tal mercadoria é a força de trabalho, cujo processo histórico de separação dos meios de produção, é sarcasticamente desvelado por Marx ao designá-lo como “a assim chamada acumulação primitiva de capital”. Divergentemente da fábula da economia burguesa, Marx revela que, tal como o pecado, a acumulação é original e marcará a humanidade nos tempos farisaicamente penitentes do capitalismo corrente. Será por meio do uso da força de trabalho pelo capital que virá ao mundo um valor que antes não existia e que, por ser maior que aquele valor que tal força de trabalho custou ao capitalista, vai se constituir como um mais-valor, o fundamento último que permite que aquela lógica imanente expansiva se efetive na materialidade da vida como acumulação de capital. E, definindo o movimento do capital como acumulação:

Devemos assinalar, no entanto, que todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre esse fundamento são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação. Portanto, tais métodos servem, ao mesmo tempo, para produzir capital mediante capital ou para sua acumulação acelerada. A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor. Se, portanto, certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante (MARX, 2013, pp. 700-1).

Materializado o mais-valor ao fim do processo produtivo ele precisa ser realizado. É o momento dos diversos capitais se digladiarem para verificar qual deles se apossará de maior parcela da riqueza social que, no modo de produção capitalista aparece como uma imensa *coleção de mercadorias*. Estamos diante do movimento da concorrência entre os capitais que, apesar de fundamentar-se na luta em torno do mais-valor total socialmente criado, oculta-se sobre a aparência da busca desenfreada pelo lucro. Isso porque, ao confrontarem suas respectivas mercadorias no mercado, os capitalistas almejam o lucro (efetivados como mais-valor extraordinário, lucros

extraordinários ou superlucros), cujo cálculo (do lucro) é feito não diretamente em proporção ao mais-valor por eles colocado em circulação, mas sim em relação ao capital total por eles desembolsado no processo produtivo. Estamos diante da transformação do valor em *preço de produção* – que nem de longe pensamos em ter dado conta de explicar neste espaço – e que sintetiza – ao mesmo tempo em que oculta – a acumulação capitalista enquanto movimento expansivo de produção e circulação do valor.

Articulando a perspectiva analítica do valor àquela do preço de produção (e, portanto, à taxa de lucro), verifica-se que o movimento pela apropriação de maior parcela do mais-valor social por cada capital particular, que se efetiva na luta concorrencial e aparece à totalidade de seus participantes como busca pelo lucro, é automovido, já que as situações de equilíbrio são sempre efêmeras. Mais do que isso, o estabelecimento de uma taxa média de lucro não estanca o movimento, levando, pelo contrário, à *renovação permanente* da elevação da produtividade do trabalho que se mostra como determinante para os diversos capitais privados na corrida concorrencial.

De um modo extremamente sintético, tem-se que os capitais que pioneiramente elevam a produtividade da força de trabalho por eles colocada em funcionamento, acessam uma maior parcela do mais-valor social – que assume a condição de um mais-valor extraordinário (MARX, 2013). Uma processualidade que, como apontado, aparece a seus participantes como busca sedenta pelo lucro. O que importa salientar, porém, é que o estabelecimento de uma taxa de lucro é um momento efêmero, já que, no contexto da concorrência, o desequilíbrio é renovado por novas e constantes elevações da produtividade. E como desdobramento desse movimento se constata que nem todos os capitais conseguem permanecer no mercado, sucumbindo de variadas formas que se efetivam por meio da concentração de capitais.

Destaque-se que a resultante última desse movimento expansivo, relacionado na sua imediatez à elevação da taxa de lucro buscada por cada capital privado, é uma tendência generalizada de redução da taxa de lucro para o conjunto dos capitais. Seu fundamento último, como já dito: redução do trabalho vivo produtor de valor em relação ao trabalho objetivado, cujo valor é apenas transferido à mercadoria. Marx, apesar de identificar aí a tendência de queda da taxa de lucro, constata que ela é atenuada por contratendências que intentam impedir sua efetivação. Ele anota, por exemplo, que a queda da taxa de lucro pode ser contra-arrestada pela elevação da exploração da força de trabalho, pela ampliação superpopulação relativa, pelo comércio exterior, pelo barateamento dos meios de produção, enfim, por uma série de freios à

concretização da crise enquanto queda da taxa de lucro como obstáculo derradeiro à valorização (MARX, 2017).

É preciso ter claro que as contratendências não abolem a tendência de queda da taxa de lucro, mas sim fazem parte de um movimento eivado de contradições que pode ser sintetizado na dinâmica de superação dos obstáculos pelo capital – obstáculos esses que, como visto, decorrem de seu próprio movimento. Consideração essa que nos leva a conceituar mais exatamente o termo *superação* na obra de Marx³. Na mais recente tradução da edição brasileira da obra magna marxiana (MARX, 2013), o tradutor salienta que o termo superação deva ser apreendido simultaneamente como supressão e conservação. Tendo em mente essa conceituação do termo superação ao referimo-nos diretamente ao movimento tendencial de queda da taxa de lucro enquanto crise do capital, devemos compreender que a referência às potencialidades de superação da crise, enquanto obstáculo, pelo capital, são determinadas pelo movimento de supressão e preservação de tais obstáculos. São justamente isso: movimento tendencial que conjuga contraditoriamente os processos de suprimir e conservar, sem que se possa daí depreender que o capital tenha encontrado seus limites estruturais em definitivo.

Por suposto, e tendo em vista que a tendência aponte em última instância para uma dada direção, haverá um momento na história em que tais obstáculos não poderão mais ser efetivamente superados pelo capital para se converterem em um limite absoluto que concretiza a tendência, ou mais exatamente, a impossibilidade de identificar antecipadamente ou premonitoriamente tal condição, apenas reforça sua condição imanente e potencialmente materializável em termos históricos. Um momento que, apesar de historicamente necessário, escapa à apreensão das futurologias vigentes e vindouras. Dito de outra forma: o capital tem transformado os obstáculos em barreiras que, como tais, devem ser por ele superadas para que a valorização do valor seja

³ Nota 16 da tradução do Livro I de O Capital (2013): “A tradução do verbo *aufheben* impôs alguns cuidados, pois ele possui três sentidos principais: 1) levantar, sustentar, erguer; 2) suprimir, anular, destruir, revogar, cancelar, suspender, superar; 3) conservar, poupar, preservar. Em O Capital, Marx emprega a palavra principalmente na segunda acepção, mas muitas vezes também – do mesmo modo que Hegel e Schiller – como uma combinação da segunda e da terceira acepções. Aqui, traduzimos *aufheben*, *aufgehoben* e *Aufhebung* por “suprimir, suprimido, supressão”, quando o termo aparece apenas na segunda acepção, e por “suprassumir, suprassumido, suprassunção” (acompanhado do original entre colchetes) quando parece evidente se tratar de um amálgama da segunda com a terceira acepção. Assim, por exemplo, fala-se da suprassunção da cooperação do artesanato e do trabalho domiciliar pela grande indústria (como forma superior da cooperação) ou da suprassunção da atividade artesanal pela maquinaria como princípio regulador da produção social (como princípio superior de regulação)”.

renovada. A verificação do momento em que tal superação não possa mais ser renovada em suas contradições só pode ser objeto da ciência depois de historicamente posto.

Essa exigência da ciência da crise enquanto elemento *post festum* não deve, entretanto, significar uma tomada de atitude passiva diante da necessidade de derrocada do metabolismo do capital. Também aqui se reforça que é justamente a compreensão da crise como imanente ao movimento do capital que franqueia aos sujeitos históricos atuarem no sentido de *solucionarem-na* não mais dentro desse movimento. Dito de outra forma: enquanto o capital tem superado (solucionado) as crises no sentido de reproduzir-se de forma mais aprofundadamente contraditória enquanto capital, cabe aos portadores de uma compreensão do caráter imanente das crises capitalistas tanto apontar para a desrazão que a renovação da lógica da valorização implica, quanto elaborar formas que as contradições postas com a crise sejam não mais superadas, mas efetivamente suprimidas. Assim, com a compreensão acima esboçada ampliam-se não somente os horizontes de entendimento da crise, mas também aqueles relativos às lutas emancipatórias, os quais resta-nos articular sumariamente apontar já em tom conclusivo.

Apontamentos finais

A crise, tal qual exposta por Marx em *O Capital*, exige um entendimento que acompanha a própria lógica de sua exposição. Como anteriormente apontado, No *Livro I* a crise é mera possibilidade já que, o surgimento do dinheiro torna possível a separação do ciclo D-M-D' em duas partes: D-M e M-D'. Essa separação temporal abre uma potencialidade que não existia no escambo, qual seja, que compra e venda não coincidam, de forma que ao vendedor da mercadoria esteja aberta a possibilidade de não comprar outra mercadoria, optando pelo seu entesouramento. No descompasso entre compra e venda, a crise é uma mera possibilidade, portanto. Já no *Livro II* de *O Capital*, sua possibilidade ganha complexificação - apesar de a análise ainda manter-se em elevado grau de abstração. Ao enfatizar que o equilíbrio seria decorrente das relações entre os setores dois econômicos, um responsável pela produção dos bens de produção e outro pelos bens de consumo a possibilidade de crise se mostra com maior potencialidade. Afinal, para que a reprodução não desande, são precisas muitas complementaridades entre os setores. No entanto, será no *Livro III* que Marx desenvolverá sua verificação da lei tendencial de queda da taxa de lucro, quando a crise deixa de ser mera possibilidade e torna-se uma condição imanente. Por sua vez, tal

condição imanente materializa-se como tendência e não como inexorabilidade – e tampouco como permanência ou terminalidade passível de futurologias.

Voltando mais uma vez ao *Livro I* de *O Capital*, Marx salienta que a crise se mostra como limitação posta pelo próprio capital à sua valorização:

Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto (MARX, 2013, p. 377).

A crise, em seu fundamento último, vincula-se ao movimento automático do capital de simultaneamente *incorporar* e *expulsar* a força de trabalho do processo produtivo. Isso porque, enquanto na aparência o capital parece relacionar-se consigo mesmo no processo de valorização, na efetividade do processo de criação de valor, o capital suga vampirescamente, como dizia Marx, o trabalho vivo, de forma que capital é trabalho nas formas assumidas pelo valor. Trabalho vivo esse que, ainda que tenha sua subjetividade plasmada pelo capital, carrega a potencialidade de, no meio das rachaduras do metabolismo do capital, desenvolver uma subjetividade que aponta para superação desse mesmo metabolismo.

Dá ser preciso retomar o apontamento feito no início desse artigo a respeito de nosso entendimento da História não como inexorabilidade, mas fundamentalmente como articulação dinâmica entre condições objetivas e subjetivas que se desdobram materialmente como luta de classes. Enfim, se a crise se constitui como a condição objetiva do presente, as subjetividades em luta definirão seu desdobramento tendo em vista as oportunidades e os obstáculos objetivos e subjetivos postos e repostos.

Se esse entendimento da crise escapa às primeiras interpretações aqui analisadas, elas estão presentes com ênfases diferentes e com também diferentes graus de concretude nos autores marxistas estudados. Contudo, é na elaboração de Marx que se verifica de modo mais aprofundado o processo contraditório de valorização do capital como fundamento da crise e, portanto, apontando para a necessidade da superação do

metabolismo do capital para que as crises sejam enfim suprimidas, ao invés de superadas pelo próprio capital⁴.

Por fim, o breve balanço aqui realizado mostra-se necessário para superar criticamente aquelas interpretações que se situam no entendimento da perenidade do capital – ainda que com sucessivas recentralizações – e também aquelas que não identificam o caráter imanente das crises capitalistas. Sem enfrentar a contradição básica decorrente da exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto, toda alternativa de luta acaba por mostrar-se fadada ao fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Uma teoria para as crises. In: Arruda Sampaio Jr., Plínio de. *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

⁴ Note-se que anotamos “superação do metabolismo do capital”, posto que o ordenamento pós-capitalista não é uma negação absoluta da sociabilidade capitalista, mas esse é um aprofundamento a ser realizado em outro trabalho.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: Crítica da economia política, Livro II – O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O Capital: Crítica da economia política, Livro III – O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.